



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MATHEUS MARVILA DA SILVA

**A CONQUISTA E A MANUTENÇÃO DA NARRATIVA DOMINANTE
APÓS A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF MATHEUS MARVILA DA SILVA

**A CONQUISTA E A MANUTENÇÃO DA NARRATIVA DOMINANTE
APÓS A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares, pós-graduação universitária lato sensu com ênfase em Doutrina.

**Rio de Janeiro
2020**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMII
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **CAP INF MATHEUS MARVILA DA SILVA**

Título: **A CONQUISTA E A MANUTENÇÃO DA NARRATIVA DOMINANTE
APÓS A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho Acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de
Oficiais, como requisito para a
especialização em Ciências Militares
com ênfase em Doutrina, pós-
graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
ARONES LIMA DA ROSA - TC Cmt Curso e Presidente da Comissão	
LEANDRO TAVARES LUIZ - Maj 1º Membro e Orientador	
HÉLIO VIANA SANTOS SOBRINHO - Cap 2º Membro	

MATHEUS MARVILA DA SILVA – Cap
Aluno

A CONQUISTA E A MANUTENÇÃO DA NARRATIVA DOMINANTE APÓS A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO.

Matheus Marvila da Silva¹

Leandro Tavares Luiz²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar a relevância das ações do Exército Brasileiro no estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 2018, quando passou por um processo de Intervenção Federal das Forças Armadas, por ordem do Presidente da República da época. Ao término deste processo, o autor deste Artigo Científico, como participante dessa missão durante todo o período, procura observar e mostrar os resultados obtidos, através de dados e opiniões de militares comandantes de fração, que tornou possível a conquista de uma narrativa dominante, bem como as condições necessárias para que ela seja mantida nos dias atuais. Todas as entrevistas e questionários foram voltados para os militares que atuaram nas Operações Furacão, como comandantes das mais variadas frações de um Batalhão de Infantaria, proporcionando relatos realistas e confiáveis das informações colhidas. Foram questionados sobre as ações desenvolvidas, as funções desempenhadas e as opiniões acerca dos resultados obtidos, além de uma observação precisa da situação atual pós-Intervenção Federal.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Intervenção Federal. Comandantes. Batalhão de Infantaria.

ABSTRACT

This article aims to verify the relevance of the actions of the Brazilian Army in the state of Rio de Janeiro, during 2018, when it underwent a process of Federal Intervention of the Armed Forces, by order of the President of the Republic at the time. At the end of this process, the author of this Scientific Article, as a participant in this mission throughout the period, seeks to observe and show the results obtained, through data and opinions of military commanders of factions, which made it possible to conquer a dominant narrative, as well as the necessary conditions for it to be maintained today. All interviews and questionnaires were aimed at the military personnel who worked in Operations Hurricane, as commanders of the most varied fractions of an Infantry Battalion, providing realistic and reliable reports of the information collected. They were asked about the actions developed, the functions performed and the opinions about the results obtained, in addition to an accurate observation of the current situation after the Federal Intervention.

Keywords:

Brazilian Army. Federal Intervention. Commanders. Infantry Battalion

¹ Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 20011.

² Major da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Pós Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2015.

1. INTRODUÇÃO

Uma grave crise econômica enfrentada pelo Brasil a partir do ano de 2011, impactou diversas áreas dos diferentes setores da sociedade brasileira, impondo desafios e um debate de ideias para solucionar os variados reflexos da situação que o país enfrenta há quase dez anos, como aborda a matéria “Os desafios para sair da crise”, do Estado de São Paulo, em 12 de setembro de 2015.

De acordo com o Observatório SEBRAE/RJ, em um estudo divulgado em 2017, tal crise deixou o Rio de Janeiro especialmente vulnerável: “O Estado tem o segundo PIB do País (R\$ 677 bilhões em 2015, segundo estimativa do Ceperj), mas o governo fluminense vem sofrendo com a perda de receitas: entre 2014 e 2016, a queda foi de 53%. As despesas também diminuíram, mas numa proporção menor: apenas 42%. O resultado desse descompasso foi um aumento de 80% do déficit público, que passou de R\$ 4,3 bilhões em 2015 para R\$ 7,8 bilhões em 2016. Os efeitos dessa crise afetaram o mercado de trabalho e aumentaram o índice de desigualdade e a porcentagem de pobres, levando em conta dados do IBGE. As desigualdades já observadas no Estado se acentuaram com a crise”.

Esse colapso financeiro enfrentado, atingiu sobremaneira a segurança pública. Os Órgãos de Segurança Pública se mostravam cada vez mais inoperantes e incapazes de suprir a necessidade da população, obtendo resultados preocupantes na tentativa de redução da criminalidade do estado.

A violência no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, já faz parte do cotidiano das populações brasileira e carioca. Diante de um aumento considerável em casos de violência e a subida da escala da criminalidade, principalmente na capital, exigiu-se do Governo Federal medidas extraordinárias para tentar colocar um fim a esse grave comprometimento da ordem pública.

A intervenção imposta pelo Governo Federal sobre os Estados pode ocorrer em situações excepcionais para restabelecer a ordem política, social, territorial, democrática, legal e até mesmo financeira em seu próprio território, como diz a Constituição Federal de 1988, como será abordado mais à frente nesse estudo.

O princípio da não intervenção e a autonomia dos entes federativos, nesses casos, podem ser superados pelas necessidades já citadas, num processo denominando Intervenção Federal. Tal medida foi adotada pelo então Presidente da República – Michel Miguel Elias Temer Lulia, no dia 16 de fevereiro de 2018 – com o

objetivo de solucionar esse problema crônico e grave que assola o estado há décadas e o bem estar do seu cidadão.

1.1 PROBLEMA

Na experiência como Comandante da 1ª Companhia de Fuzileiros Mecanizada do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es), Regimento Sampaio, e Adjunto à 3ª Seção da mesma unidade, durante aproximadamente 10 (dez) meses de Intervenção Federal, pude participar ativamente das atividades desenvolvidas nessa etapa e observar as dificuldades encontradas pelas forças de segurança do estado durante todo o processo.

Dentre as adversidades verificadas, estavam: a complexidade e a amplitude da área, composta em sua maioria por comunidades espalhadas pelo estado, sobretudo na capital Rio de Janeiro, a necessidade de exercer o comando e o controle nas operações interagências, nas quais militares das Forças Armadas operaram juntos aos Órgãos de Segurança Pública, e a influência da opinião pública e da imprensa sobre às atividades realizadas pelos militares no período.

O debate que envolve a criminalidade e a segurança no estado, possui amplo espaço na mídia brasileira, bem como a própria população fluminense. Em um levantamento realizado pelo instituto Paraná Pesquisas, o principal problema do Rio de Janeiro foi a segurança pública, apontado por 37,7% dos entrevistados. Acerca desse assunto, podemos destacar a citação de que “a opinião pública, tanto nacional quanto internacional, está menos propensa a aceitar o emprego da força para quais o Estado aplicava suas Forças Armadas e tem exercido papel de protagonismo no gerenciamento de crise e na solução de conflitos” (BRASIL, 2013, p.2-1).

O seguinte trabalho se baseará nesses aspectos, chegando ao seguinte problema de pesquisa:

Analisando a Intervenção Federal e seus resultados posteriores, como ocorreu a conquista e como está sendo desenvolvida a manutenção da narrativa dominante após esse período?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o período da Intervenção Federal, a fim de procurar estabelecer qual o legado deixado, dando ênfase à narrativa dominante durante esse processo e até os dias atuais.

Para atingir o objetivo geral do estudo foram elencados os seguintes objetivos específicos: analisar o contexto geral anterior ao decreto que estabeleceu a implantação do processo de intervenção, o período da intervenção, no que tange às principais operações realizadas e às decisões tomadas e os resultados divulgados pela imprensa e pelos principais órgãos do Governo, sobre o período.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O ambiente operacional “tornou-se congestionado e difuso, uma vez que as operações militares têm sido desenvolvidas, cada vez mais em áreas humanizadas” (BRASIL, 2014, p. 2-1). Tal fato insere uma série de situações consideradas novas para as Forças Armadas, historicamente outrora empregada e adestrada somente para operações de defesa externa.

Com essa atualização do ambiente operacional, viu-se a necessidade de serem levantadas novas possibilidades de emprego das Forças Armadas que se sobrepusessem às suas limitações e peculiaridades, para proporcionar condições que satisfizessem essas novas circunstâncias impostas.

A atuação das Forças Armadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), está prevista no Art. 142 da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, os quais concedem poder de polícia aos militares para atuarem sob uma determinada área, de maneira provisória e por tempo limitado, até que seja restabelecida a ordem.

Nesse cenário, surge a imprescindibilidade da diminuição dos índices de criminalidade, da reorganização e recuperação dos Órgãos de Segurança Pública, através de um processo de capacitação dos seus pertencentes, a garantia do funcionamento regular das instituições e, sobretudo, o aumento da sensação de segurança do cidadão do Rio de Janeiro.

2. REVISÃO DE LITERATURA:

Por tratar-se de uma República Federativa, o Brasil possui municípios e estados com autonomia e responsabilidades próprias, os quais podem agir sem interferência direta em suas decisões. Em casos específicos relacionados à segurança pública, no entanto, a União poderá intervir em um determinado participante da federação. Tal procedimento, baseia-se no Artigo 34 da Constituição Federal de 1988, que cita as situações em que poderá haver intervenção:

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

I - manter a integridade nacional;

II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:

a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;

b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;

VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

(Revogado)

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000).

Vale destacar o inciso III, no qual o Estado do Rio de Janeiro se inseriu, quando o Governador do estado à época, Luiz Fernando Pezão, apelou ao Presidente da República, solicitando a intervenção, ao admitir não ter mais o controle da situação da segurança pública do estado.

A decisão de intervir na autonomia do estado, foi sancionada pelo então Presidente da República, Michel Temer, no dia 16 de fevereiro de 2018, por meio da assinatura do Decreto n.º 9.288, publicada no Diário Oficial da União na mesma data.

DECRETO Nº 9.288, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso X, da Constituição, DECRETA:

Art. 1º Fica decretada intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º A intervenção de que trata o caput se limita à área de segurança pública, conforme o disposto no Capítulo III do Título V da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 2º O objetivo da intervenção é pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Fica nomeado para o cargo de Interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto.

Parágrafo único. O cargo de Interventor é de natureza militar.

Art. 3º As atribuições do Interventor são aquelas previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro necessárias às ações de segurança pública, previstas no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

§ 1º O Interventor fica subordinado ao Presidente da República e não está sujeito às normas estaduais que conflitem com as medidas necessárias à execução da intervenção.

§ 2º O Interventor poderá requisitar, se necessário, os recursos financeiros, tecnológicos, estruturais e humanos do Estado do Rio de Janeiro afetos ao objeto e necessários à consecução do objetivo da intervenção.

§ 3º O Interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos, civis e militares, da administração pública federal, os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção.

§ 4º As atribuições previstas no art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que não tiverem relação direta ou indireta com a segurança pública permanecerão sob a titularidade do Governador do Estado do Rio de Janeiro.

§ 5º O Interventor, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, exercerá o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º Poderão ser requisitados, durante o período da intervenção, os bens, serviços e servidores afetos às áreas da Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, para emprego nas ações de segurança pública determinadas pelo Interventor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de fevereiro de 2018;

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Raul Jungmann

Como observado no 2º parágrafo do Decreto supracitado, o general Walter Souza Braga Netto foi nomeado interventor do Rio de Janeiro. Deu sua primeira entrevista coletiva ao lado dos demais membros da cúpula dirigente da intervenção, o general Mauro Sinott Lopes, nomeado chefe do Gabinete da Intervenção Federal (GIF), e o general Richard Fernandez Nunes, nomeado Secretário de Segurança Pública do Estado, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na Cidade Nova, onde passou a funcionar o gabinete da intervenção (Rede NBR, 2018). Os dois generais indicados já haviam atuado em operações de GLO no estado. O general Richard Nunes, comandou a ocupação pelo exército do Complexo da Maré (entre dezembro de 2014 e fevereiro de 2015), e o general Sinott, comandou a ocupação militar na Rocinha, em 2017 (O Globo, 2018).

O interventor nomeado resumiu o que seria a missão da intervenção: “recuperar a capacidade operativa dos órgãos de Segurança Pública e baixar os índices de 10 criminalidade”. Para isso, instituiu a criação de um Gabinete de Intervenção Federal (GIF), chefiado pelo general Sinott. Depois, existem diversos órgãos federais no nível estratégico, responsáveis pelo planejamento conjunto da intervenção: de um lado estavam o Comando Militar do Leste e o Ministério da Defesa e de outro lado o Ministério da Segurança Pública e o Gabinete de Segurança Institucional.

O nível operacional da intervenção contou com grande número de órgãos, secretarias e agências municipais, estaduais e federais, tornando o desenho institucional mais complexo, assim como sua gestão. Compuseram o nível operacional: as forças armadas (através do Comando Conjunto), as secretarias estaduais da segurança pública (SESEG), de administração penitenciária (SEAP) e de defesa civil (SEDEC), a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e as Guardas Municipais (GM) dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. No nível tático, estão as forças propriamente ditas: as tropas federais (Comando Conjunto), o corpo de bombeiros (CBERJ), a polícia civil (PCERJ) e a polícia militar do Rio de Janeiro (PMERJ).

Quanto ao uso de tropas militares em funções típicas de polícia e a possibilidade de confronto entre militares e civis, Braga Netto ressaltou que o papel dos militares seria de “dar suporte” à ação policial. “Nós apoiamos quando a polícia entra para fazer uma prisão. Nós damos o suporte para que ela possa entrar com tranquilidade dentro da comunidade. Agora cabe à polícia, cada órgão vai fazer o seu papel, continuará cabendo à polícia civil realizar a prisão de acordo com os mandados e tudo mais.” (Rede NBR, 2018).

Quanto à revisão da literatura acerca do tema, destaca-se também, a citação da matéria “Intervenção federal reduziu índices de criminalidade no Rio de Janeiro” da revista VEJA, datada em 31 de dezembro de 2018, dia que marcou o fim do período de Intervenção Federal, que segue transcrita na íntegra a seguir:

“Depois de dez meses de instalada, a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro registra redução em alguns índices de criminalidade. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro revelam queda de 23% no número de casos de roubo de carga em novembro deste ano (725 casos) na comparação com o mesmo mês de 2017.

De março a novembro, houve queda de 5,9% nos roubos de rua – 105.728 em 2017 para 99.519, em 2018 – e de 7,7% nos roubos de veículos – de 41.383 para 38.208. Já os latrocínios (roubos seguidos de mortes) registraram redução de 33,7%, passando de 172 ano passado para 114 em 2018.

Decretada em 16 de fevereiro pelo presidente Michel Temer, a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro termina nesta segunda-feira, 31. Para a diretora-presidente do ISP, Joana Monteiro, a redução de crimes como os roubos de rua e os tiroteios foram importantes para reverter a sensação de insegurança da população. “O que mais afeta [a sensação de insegurança das pessoas] é o crime de rua. Ser abordado dentro de um carro com uma arma de fogo ou no caminho de um transporte público ou na rua e ser abordado de forma violenta”, disse Joana em entrevista à Agência Brasil.

Quando a intervenção foi decretada no estado, o roubo de cargas era um dos crimes que mais chamavam a atenção pelo crescimento. Especialistas explicavam que os criminosos tinham encontrado uma forma de fazer caixa com ações rápidas e de retorno garantido. Além disso, era uma maneira de compensar as perdas de receita causadas pelas operações das forças de segurança. As empresas de

transporte reclamavam da elevação dos custos com seguro e da dificuldade em encontrar quem quisesse fazer os contratos para garantir as mercadorias.

Em junho de 2017, o presidente da Associação de Supermercados do Rio de Janeiro (Asserj), Fábio Queiroz, disse que o roubo de cargas preocupava o setor de varejo e provocava prejuízos. Ele estimou, na época, que os custos chegavam a serem repassados nos preços em até 20% de alguns produtos.

Na avaliação do dirigente, a redução desse tipo de crime foi positiva para o setor, mas ainda há trabalho a ser feito com o fim da intervenção federal na segurança pública do estado. “Hoje está estancado. É claro que foi uma redução aquém do possível, mas já ajudou bastante a colocar isso num caminho de normalidade, no entanto, ainda há muito o que fazer”, apontou”.

3. METODOLOGIA

O estudo teve início com o levantamento dos aspectos observados por esse artigo através das informações prestadas pelo entrevistado, o Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es) envolvido nas Operações Furacão, e questionários preenchidos por oficiais intermediários e superiores e graduados do Exército Brasileiro participantes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

A entrevista tem como objetivo, reunir dados sobre as ações desempenhadas por uma Unidade do Exército Brasileiro, em participação direta e ativa durante e após a fase de intervenção.

Após a entrevista, serão distribuídos questionários aos oficiais intermediários e superiores e militares graduados comandantes de pequenas frações do Exército, participantes da Intervenção Federal, com a finalidade de reunir diferentes impressões e opiniões, com o intuito de debater sobre o êxito da intervenção, sob a ótica dos militares diretamente envolvidos nas operações.

Para encontrar os resultados requeridos a fim de obter uma solução possível para o problema, as questões abordam principalmente as experiências vividas, as dificuldades encontradas e as possíveis oportunidades de melhorias citadas por militares participantes. Durante o estudo do tema, será realizada a tabulação de resultados dentre os diversos assuntos apontados como importantes para o pesquisador, para a determinação ou não da conquista da narrativa dominante por parte das Forças Armadas no processo de intervenção.

3.1 INSTRUMENTOS:

INSTRUMENTO	AMOSTRA	PREVISÃO DE EXECUÇÃO
Entrevista	Comandante do 1º BI Mec (Es)	ABR 20
Questionário	24 (vinte e quatro) oficiais intermediários ou superiores e graduados (3º Sargento) do Exército participantes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro	MAI 20

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Serão apresentados os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica, bem como sua comparação com as opiniões do Comandante do 1º BI Mec (Es), dos Oficiais e Graduados participantes da Intervenção Federal, como comandantes de pequenas frações (Comandantes de Companhia, Pelotão e Grupo de Combate), coletadas durante a entrevista e os questionários. Estes resultados serão apresentados ao fim deste estudo, com a finalidade de observar se o problema apontado por este trabalho foi resolvido e se o processo ao qual o estado foi submetido, foi eficaz.

Além disso, é fundamental a discussão sobre os motivos do emprego das Forças Armadas nessas condições, seus aspectos positivos e negativos, bem como a legalidade desse uso pelo Presidente da República. Esse assunto é sensível pois, mesmo que a utilização seja eficiente e obtenha resultados satisfatórios, uma série de razões impossibilitam que esta prática seja considerada “normal” e de uso rotineiro.



Figura 1 – Militares do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es) realizam patrulha motorizada em comunidade da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Seção de Relações Públicas do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es).

4.1.1 Posto ou graduação dos militares participantes do questionário

Uma Companhia de Fuzileiros de um Batalhão de Infantaria é composto por cerca de 120 (cento e vinte) militares. O posto de comandante da Subunidade é ocupado por um Capitão de Infantaria. A Companhia, por sua vez, é composta por 03 (três) ou 04 (quatro) pelotões, os quais são comandados por Tenentes de Infantaria. Cada pelotão é dividido em 03 (três) Grupos de Combate, cada um comandado por um Sargento de Infantaria.

Para as missões executadas durante o período de Intervenção, os batalhões recebiam diferentes locais do estado do Rio de Janeiro para ocupar, empregando as frações nível SU e Pel. Dessa forma, na grande maioria das vezes, as tropas empenhadas diretamente nas ruas do Estado eram comandadas por oficiais intermediários (Capitães e Tenentes) e pelos graduados Comandantes de Grupo de Combate (3º Sargentos). Dessa forma, o pesquisador considera que são os mais capacitados para responderem sobre como as atividades foram desenvolvidas no período, quais foram as dificuldades e os aspectos positivos encontrados na execução propriamente dita, e quais são suas impressões sobre os resultados provenientes das missões.

Por esses motivos, julgou-se necessário reunir militares de diferentes postos e graduações e com essa experiência específica, para responderem aos questionários propostos por este Artigo Científico. Foram questionados 24 (vinte e quatro) militares que participaram do processo, direta ou indiretamente.

A primeira pergunta questionou qual era o Posto ou Graduação do militar durante o período da Intervenção Federal. Como resposta, foram obtidas as seguintes respostas:

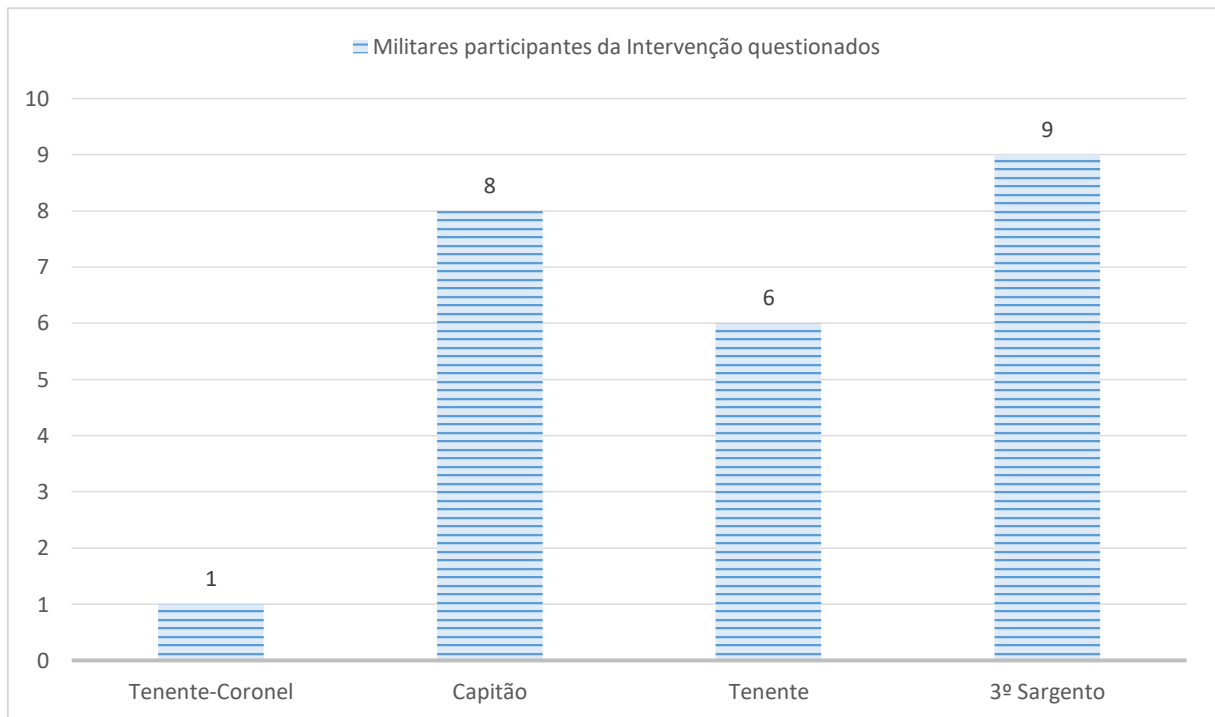


Gráfico 1: Posto ou graduação dos militares participantes do questionário
Fonte: O autor

4.1.2 Planejamento das Operações

A segunda pergunta tratou da avaliação dos participantes do questionário quanto ao planejamento das Operações Furacão durante a Intervenção Federal e quais foram os principais aspectos positivos e as maiores deficiências observadas durante essa fase das Operações. As respostas foram as seguintes:

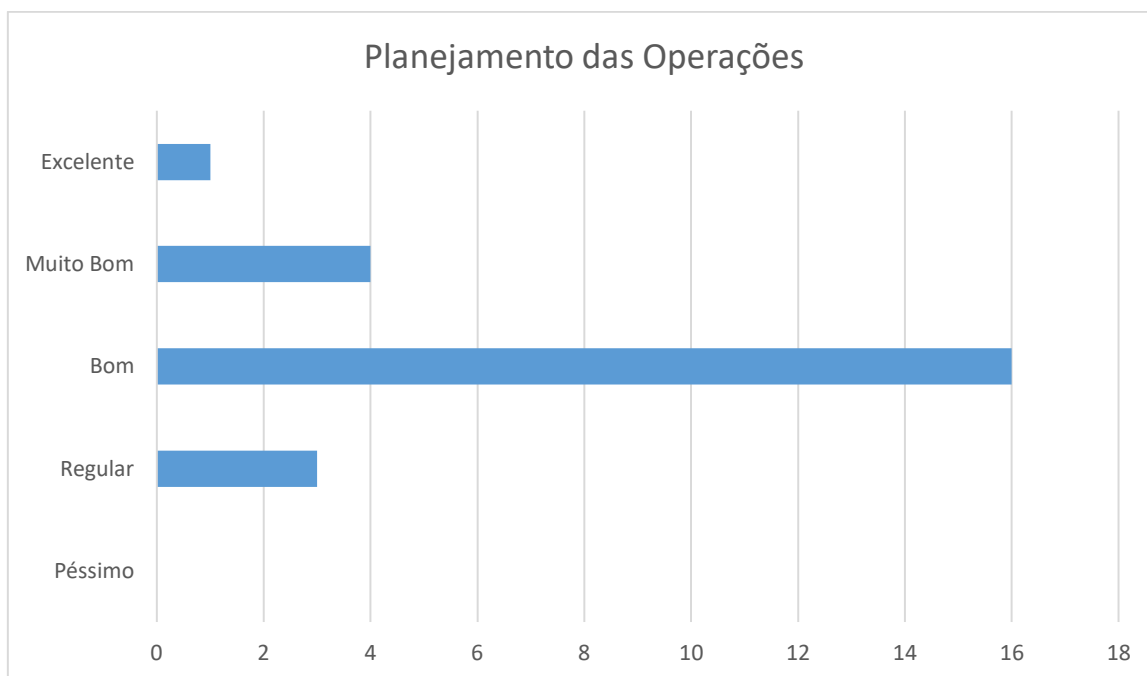


Gráfico 2: Planejamento das Operações
Fonte: O autor

Neste ponto, pode-se perceber que, na opinião dos militares questionados, o planejamento das Operações Furacão foi considerado, em sua maioria, como “BOM”. As dificuldades mais mencionadas foram: falta de tempo para o planejamento, visto que as missões eram recebidas, devendo ser prontamente executadas, desconhecimento do terreno, devido ao sigilo das operações, os reconhecimentos e ensaios necessários não podiam ser realizados da melhor forma e, por fim, a inexperiência de alguns militares que não possuíam experiências anteriores em missões de grande porte ou com tamanha sensibilidade. Também foi ressaltada a importância da participação de militares da “ponta da linha”, isto é, comandantes de pequenas frações nas reuniões de planejamento das operações, visto que estas sofriam atualizações praticamente diárias, através das experiências vividas pelas tropas empregadas nas comunidades. Por exemplo, em uma área outrora considerada como “área verde”, ou seja, uma área pacífica, uma tropa veio a receber fogos de agentes perturbadores da Ordem Pública (APOP) em dias consecutivos, vindo a tornar-se uma “área vermelha” nas operações seguintes.

4.1.3 Execução das Operações

A terceira pergunta feita no questionário indagava sobre a avaliação do participante quanto à Execução das Operações Furacão durante a Intervenção Federal e quais foram os principais fatores que se destacaram e as maiores dificuldades encontradas durante essa fase das Operações. Sobre esta questão, tivemos as respostas a seguir:

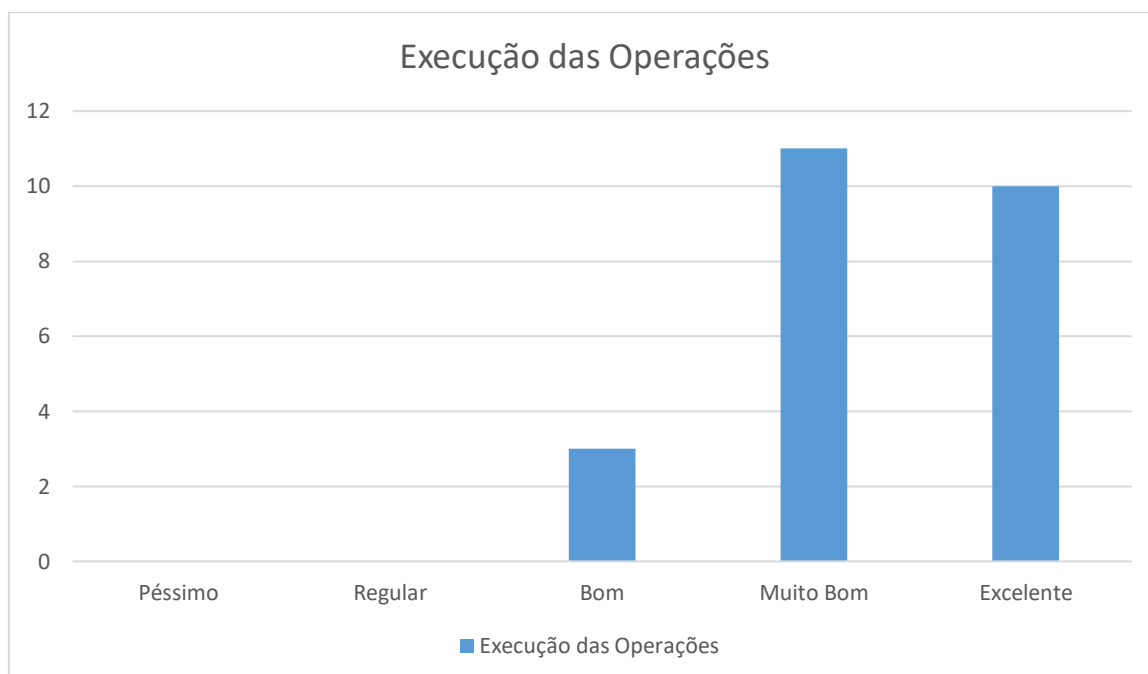


Gráfico 3: Execução das Operações
Fonte: O autor

Quanto à execução das operações propriamente ditas, o nível de satisfação dos participantes aumentou consideravelmente. Como mostra o gráfico referente ao questionário, a grande maioria considerou como “EXCELENTE”/”MUITO BOM”, o desempenho e o cumprimento de missão dos militares durante as Operações Furacão. Os motivos mais citados foram: motivação dos militares, treinamentos realizados nas Unidades, liderança e capacidade de comando dos comandantes em todos os níveis, participação em outras missões anteriores, como Força de Pacificação, MINUSTAH, Segurança em Grandes Eventos, etc., adestramento da tropa realizado no interior das Unidades ou em centros de excelência de treinamento e adestramento do Exército Brasileiro.

A minoria dos militares que considerou a execução das operações como “BOM”, ressaltou como aspecto negativo que prejudicou o cumprimento das missões,

a falta de conhecimento da área, ocasionada pela falta de reconhecimentos anteriores, colocando muitas vezes a tropa em situações extremamente perigosas, sem que tivessem ciência das ameaças em determinadas áreas.

4.1.4 Maiores dificuldades encontradas durante a Intervenção Federal

A pergunta seguinte tratou das maiores dificuldades encontradas durante a Intervenção Federal e como essas adversidades refletiam no cumprimento das missões. Foram dadas essas respostas:

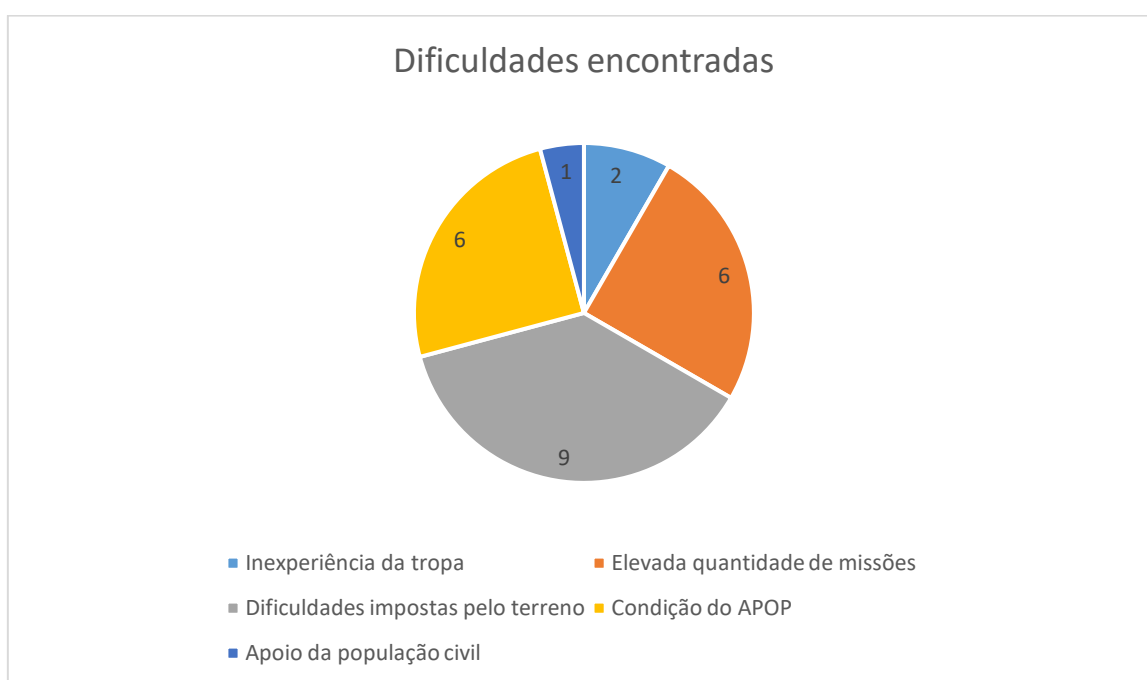


Gráfico 4: Dificuldades encontradas
Fonte: O autor

Quanto às principais dificuldades encontradas, destacaram-se, como já abordado anteriormente nesse estudo, as dificuldades impostas pelo terreno. Ruas estreitas, presença maciça da população no ambiente operacional, caracterizado por áreas residenciais e comerciais, pouco conhecimento da área e outras peculiaridades desse tipo de operação em ambiente urbano, tornaram-se verdadeiros empecilhos ao cumprimento das mais diversas missões.

Também foram apontados na coleta dos dados o item “condição dos APOP”, que obtinham conhecimento da área de operações, visto que normalmente os integrantes das diferentes facções (Comando Vermelho, ADA, Terceiro Comando Puro, entre outros), são oriundos e moradores das comunidades onde ocorriam os

principais enfrentamentos com as tropas empregadas, e a elevada quantidade de missões, que por vezes ocorriam de forma consecutiva, sem intervalos para descanso ou reorganização da tropa, bem como a repetição de missões, em situações e ambientes iguais, comprometendo a condição física dos militares envolvidos e interferindo na capacidade de cumprimento de missão, visto que, segundo alguns dos entrevistados, citaram que “os militares relaxavam, por já estarem acostumados com a rotina das operações”.

4.1.5 Resultados da Intervenção Federal atualmente

A última pergunta do presente questionário tratava-se da opinião do participante deste período de intervenção acerca dos principais resultados para a população do estado do Rio de Janeiro após o seu término. Foram dadas as respostas a seguir:

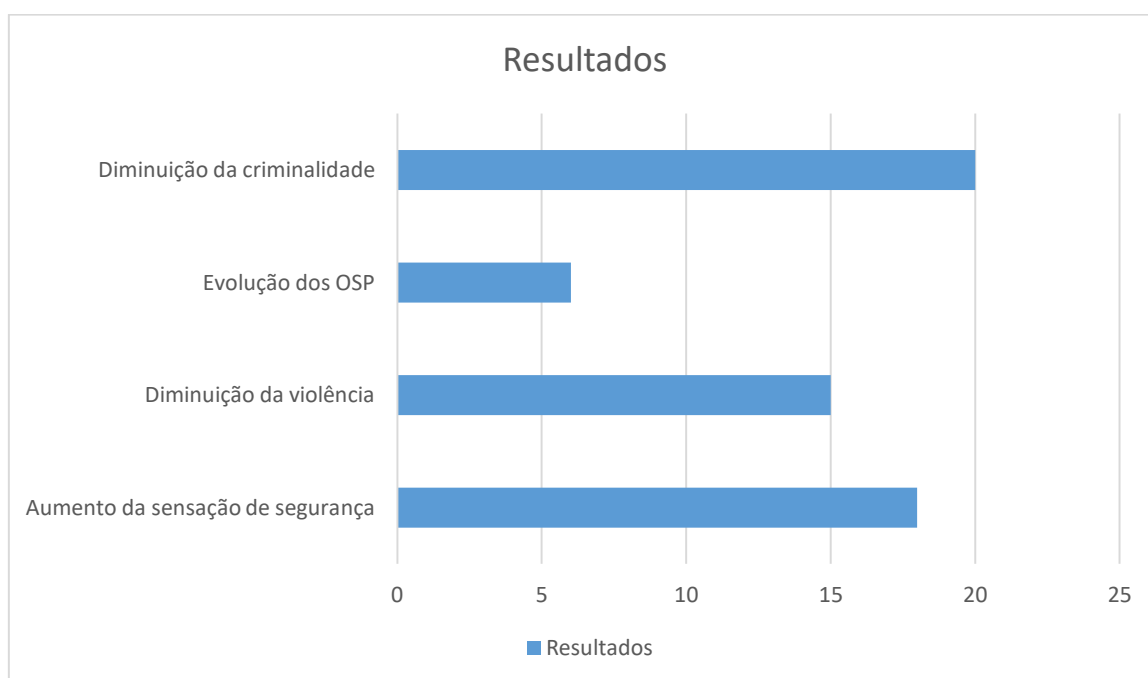


Gráfico 5: Resultados da Intervenção Federal
Fonte: O autor

Com o intuito de complementar a pesquisa, foi realizada uma entrevista com o Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es). A ele foram indagadas algumas questões que tinham como intuito verificar sua percepção sobre a participação do supracitado batalhão na Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Seguem abaixo os resultados obtidos com as respostas.

Primeiramente, foram solicitadas algumas informações a fim de identificar o perfil do entrevistado. A ele foi pedido o nome-de-guerra e experiências profissionais relevantes inerentes à área de estudo. Como resposta obteve-se:

“TC Rodrigo Tramontini Fernandes, Comandante do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Es) de 2018 até os dias atuais. Comandou a Unidade no período final e posterior à Intervenção Federal” (ENTREVISTADO).

Observa-se a partir da resposta, que o Oficial Superior possui a experiência de comandar uma Unidade que participou ativamente do processo, sobretudo no período pós-intervenção, quando pode-se observar com mais clareza os seus resultados e consequências.

Posteriormente, foi questionado ao Oficial Superior como ele avalia o planejamento das Operações Furacão durante a Intervenção Federal e quais foram os principais aspectos positivos e as maiores deficiências observadas durante essa fase das Operações. Sobre este assunto foi pontuado:

“O planejamento, dentro das possibilidades, foi muito bem feito, visto a grande quantidade das missões e a forma consecutiva como elas eram desenvolvidas. Todos os envolvidos sabiam exatamente suas missões que deveriam ser desempenhadas e as cumpriam com extrema capacidade. Dentre as dificuldades, destaco a premissa de tempo com as quais as missões eram recebidas pelo Batalhão, muitas vezes necessária para contribuir com o sigilo das operações, não permitindo vazamentos dos locais, horários e objetivos da missão.” (ENTREVISTADO).

Esta resposta foi de encontro à percepção apontada pelos militares participantes do questionário, onde afirmaram que falaram sobre a falta de tempo para o planejamento, visto que “as missões eram recebidas, devendo ser prontamente executadas”.

Foi questionado qual era a avaliação quanto à Execução das Operações Furacão durante a Intervenção Federal e quais os principais fatores que se destacaram e as maiores dificuldades encontradas pela Unidade durante essa fase das Operações. Sobre essa pergunta o Oficial Superior emitiu a seguinte resposta:

“Considero a execução das Operações excelente, pois a missão era extremamente difícil, por uma série de motivos, como a complexidade das zonas de ação onde as missões eram cumpridas, o cansaço da tropa, que era empregada durante dias nas diversas comunidades da cidade e pelo nível de

estresse imposto pelas características do terreno e do inimigo. Além disso, por mais que o Batalhão tenha participado das missões de Pacificação em várias comunidades do Estado do Rio de Janeiro, uma missão de Intervenção Federal possui particularidades que tornavam a missão ainda mais complexa.” (ENTREVISTADO).

A próxima pergunta tinha como intuito verificar a percepção do entrevistado sobre quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a Intervenção Federal e como esses obstáculos refletiam no cumprimento das missões. Sobre isso o gestor respondeu:

“Como eu falei, o fato de não conhecer o terreno onde íamos atuar e as dificuldades impostas por ele, devido a quantidade de becos, vias estreitas, por se tratar de comunidades com muitos habitantes vivendo suas rotinas normais durante as operações, atrapalhava muito o cumprimento das missões. Em alguns episódios, notamos que a população não se encontrava a favor da ação da tropa, já que, segundo eles, atrapalhava o dia-dia dos moradores, com muitas revistas e aumentando o trânsito. Muitas vezes também, os locais onde eram instaladas as bases da Unidade ou das Subunidades não eram considerados ideais.” (ENTREVISTADO).

A seguir foi questionado quanto aos principais resultados para a população após o término do período da Intervenção Federal de acordo com sua opinião e percepção como Comandante de uma Unidade participante do processo e do período pós-Intervenção até os dias de hoje. Nessa questão, respondeu da seguinte forma:

“É possível perceber, como cidadão do estado do Rio de Janeiro, uma diminuição considerável nos números de criminalidade e violência. Os confrontos entre as facções nas comunidades não são mais tão comuns como antigamente, os números de roubos de carga caíram drasticamente e existe uma maior sensação de segurança nos moradores. Com certeza, a participação do Exército Brasileiro foi muito importante nesse processo, pois foi quem assumiu uma posição de liderança da tropa participante, mesmo essa não sendo a função primordial da Instituição.” (ENTREVISTADO).

Por fim, foi perguntado ao entrevistado se gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o presente estudo. Como resposta, foi dito que:

“Não.” (ENTREVISTADO).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma questão muito debatida é se a Intervenção Federal conseguiu diminuir os índices de criminalidade no Rio de Janeiro durante o seu período e nos dias atuais. Através de levantamentos de dados e pesquisa, conclui-se parcialmente que os resultados provocados pela Intervenção Federal são positivos. Os índices de criminalidade no Estado diminuíram consideravelmente e coibiu-se o agravamento do comprometimento da ordem pública. No entanto, os Órgãos de Segurança Pública continuam tendo dificuldades em conter as organizações criminosas no estado. Mesmo antes do processo de Intervenção ter início, as autoridades tinham ciência da complexidade que envolve a violência no país, particularmente no estado do Rio de Janeiro.

As Forças Armadas, ao participarem ativamente desse processo, liderando a missão frente aos outros órgãos, teve um fortalecimento nas questões referentes à opinião pública perante a população e à mídia em geral. Ao término da missão, apresentou resultados que são observados até os dias de hoje.

Embora a narrativa dominante tenha sido conquistada, de acordo com grande parte dos estudiosos do tema, sua manutenção mostra-se até os dias de hoje com uma tarefa difícil de ser executada e gera debates entre os especialistas. Tal fato pode-se observar na matéria do dia 28 de dezembro de 2018 do Correio Braziliense, assinada pela jornalista Simone Kafruni, nos seguintes trechos:

“Apesar de o balanço do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) mostrar índices de redução de alguns crimes, a medida não foi suficiente para resolver o problema da violência no Rio de Janeiro. Conforme os dados monitorados pelo Instituto de Segurança Pública fluminense, houve redução nos índices de oito dos 12 tipos de roubos. A intervenção também foi responsável pela queda de 13,6% no número de homicídios dolosos de março a novembro de 2018 na comparação com igual período do ano anterior. O indicador crescia desde janeiro de 2016, e, mesmo após o início da intervenção, apresentou alta. Chegou a subir 9% na comparação de abril de 2018 com o mesmo mês do ano anterior. Após 10 meses de trabalho, a intervenção recuperou a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública e conseguiu baixar os índices de criminalidade. Contudo, houve aumento de 33% nas lesões corporais seguidas de morte e de 38% nas mortes por intervenção policial.”

“Dados do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) da Universidade Candido Mendes e do Observatório da Intervenção (OI) apontam que, sob intervenção federal na área da segurança pública, o Rio de Janeiro viu o número de tiroteios crescer 57% desde fevereiro de 2018. Na opinião do professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV Ebape), Marco Tulio Zanini, a intervenção foi satisfatória. “Primeiro é preciso explicar o que foi a intervenção, que é diferente do que se construiu no imaginário popular. Na verdade, foi um pedido de ajuda do governo do Rio diante da sua incapacidade de fazer gestão da segurança pública. Contudo, é impossível resolver definitivamente o problema de violência do Rio num período tão curto, de 10 meses. Nem em 10 anos se conseguiria”, avaliou.”

“Zanini considerou a intervenção positiva, no entanto, porque o Exército se colocou na sua incumbência constitucional, como “uma Força convocada para realizar uma tarefa que o estado não era mais capaz de fazer; para manter os índices de violência em patamares aceitáveis. “Houve maior morte por policiais. Isso era esperado porque teve mais intervenção em locais deflagrados. Antes, havia perda da capacidade de resposta das forças policiais. O Exército teve recursos e deu uma resposta à altura. Dentro do que poderia se esperar, foi até bastante criterioso”, assinalou.”

“A competência do Exército foi apoiar e suprir as polícias da total escassez de gestão e recursos. Houve um desgoverno com a total falência do Estado. Agora, o que se pode esperar é uma grande incógnita”, avaliou Zanini. Para ele, não adianta ficar “dando tiro em bandido”. “Isso dá voto, mas é paliativo. O problema é mais complexo. Temos que virar a página e assumir a polícia como sendo da sociedade brasileira contra o crime organizado e a contra falta de ordem”, disse.”



Figura 2 – Militares do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista realizam deslocamento motorizado da cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

REFERÊNCIAS

ART. 34, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, de 5 de outubro de 1988.

DECRETO Nº 45.692, de 17 de junho de 2016.

DECRETO Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

“Temer assina decreto de Intervenção Federal na segurança pública do Rio de Janeiro”. G1, em 16 de fevereiro de 2018.

“Um mês após intervenção no Rio, falta plano para governo definir orçamento”. Folha de São Paulo, em 17 de março de 2018.

WERNECK, A. Braga Netto diz que precisaria de R\$ 3,1 bilhões para cobrir rombo na segurança do Rio. **O Globo**, 19 de março de 2018.

Observatório SEBRAE, 2017. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/SinteseSebrae_45_2017%20final.pdf. Acesso em 29.04.2020.

MOURA, Rafael Peçanha de. Intervenção na segurança pública no Estado do Rio de Janeiro: algumas reflexões. Disponível em: <http://jus.com.br/64191/intervencao-na-seguranca-publica-do-estado-do-rio-de-janeiro-algumas-reflexoes>. Acesso em 10.05.2020.

APPY, Bernardo. LISBOA, Marcos de Barros. MENDES, Marcos. LAZZARINI, Sérgio. O Estado de São Paulo. Os desafios para sair da crise. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,os-desafios-para-sair-da-crise,1761199>. Acesso em 07.05.2020.

COGO, Rodrigo. Medidas de exceção como instrumentos de governabilidade: Breve análise da realidade constitucional brasileira. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigo_id=9051.

Acesso em 10.05.20.

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/intervencao-federal-subsuncao-do-caso-pratico-a-formalidade-constitucional/>. Acesso em 05.05.20.

[https://veja.abril.com.br/brasil/intervencao-federal-reduziu-indices-de-criminalidade-no-rio-de-janeiro/#:~:text=J%C3%A1%20os%20latroc%C3%ADnios%20\(roubos%20seguidos,nesta%20segunda%2Dfeira%2C%2031.](https://veja.abril.com.br/brasil/intervencao-federal-reduziu-indices-de-criminalidade-no-rio-de-janeiro/#:~:text=J%C3%A1%20os%20latroc%C3%ADnios%20(roubos%20seguidos,nesta%20segunda%2Dfeira%2C%2031.) Acesso em 01.06.2020.

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/28/interna_politica,727643/para-especialistas-intervencao-federal-no-rio-deixa-saldo-negativo.shtml. Acesso em 02.06.2020.

APÊNDICE A



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

QUESTIONÁRIO

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Matheus Marvila da Silva, cujo tema é A Conquista e a Manutenção da Narrativa Dominante após a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, analisar o período da Intervenção Federal, a fim de procurar estabelecer qual o legado deixado, dando ênfase à narrativa dominante durante esse processo e até os dias atuais.

A fim de conhecer as impressões dos militares sobre o período citado, o senhor foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos referentes à participação do Exército Brasileiro na Intervenção Federal do Rio de Janeiro. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Matheus Marvila da Silva (Capitão de Infantaria – AMAN 2011)

Celular: (21) 96720-2309

E-mail: matheus.mms@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

1. Posto/graduação e Nome-de-guerra.

PARTICIPAÇÃO NA INTERVENÇÃO FEDERAL

2. Como o senhor avalia o Planejamento das Operações Furacão durante a Intervenção Federal? Quais foram os principais aspectos positivos e as maiores deficiências observadas pelo senhor durante essa fase das Operações?

3. Como o senhor avalia a Execução das Operações Furacão durante a Intervenção Federal? Quais os principais fatores que se destacaram e as maiores dificuldades encontradas pelo senhor durante essa fase das Operações?

4. Quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a Intervenção Federal? Como essas dificuldades refletiam no cumprimento das missões?

5. Na sua opinião, como participante deste período, quais foram os principais resultados para a população após o seu término?

FECHAMENTO

6. O Sr. gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o presente estudo?

Obrigado pela participação

APÊNDICE B



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ENTREVISTA

O presente instrumento é parte integrante da especialização em Ciências Militares do Cap Inf Matheus Marvila da Silva, cujo tema é A Conquista e a Manutenção da Narrativa Dominante após a Intervenção Federal no Rio de Janeiro. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, analisar o período da Intervenção Federal, a fim de procurar estabelecer qual o legado deixado, dando ênfase à narrativa dominante durante esse processo e até os dias atuais.

A fim de conhecer as impressões dos militares sobre o período citado, o senhor foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível.

A experiência profissional do senhor irá contribuir sobremaneira para a pesquisa, colaborando nos estudos referentes à participação do Exército Brasileiro na Intervenção Federal do Rio de Janeiro. Será muito importante, ainda, que o senhor complemente, quando assim o desejar, suas opiniões a respeito do tema e do problema.

Desde já agradeço a colaboração e coloco-me à disposição para esclarecimentos através dos seguintes contatos:

Matheus Marvila da Silva (Capitão de Infantaria – AMAN 2011)

Celular: (21) 96720-2309

E-mail: matheus.mms@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO

1. Posto/graduação e Nome-de-guerra, Experiências Profissionais relevantes inerentes à Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

QUESTIONAMENTOS

2. Como o senhor avalia o Planejamento das Operações Furacão durante a Intervenção Federal? Quais foram os principais aspectos positivos e as maiores deficiências observadas pelo senhor durante essa fase das Operações?

3. Como o senhor avalia a Execução das Operações Furacão durante a Intervenção Federal? Quais os principais fatores que se destacaram e as maiores dificuldades encontradas pelo senhor durante essa fase das Operações?

4. Quais foram as maiores dificuldades encontradas durante a Intervenção Federal? Como essas dificuldades refletiam no cumprimento das missões?

5. Na sua opinião, como participante deste período, quais foram os principais resultados para a população após o seu término?

FECHAMENTO

6. O Sr. gostaria de acrescentar alguma consideração sobre o presente estudo?

Obrigado pela participação